



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING IMPRESSO

30/05/2014

INDICE

1. JORNAL A TARDE	
1.1. DECISÕES.....	1
1.2. EXECUÇÕES PENAIS.....	2
1.3. JUÍZES.....	3
1.4. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	4
2. JORNAL CORREIO DE NOTICIAS	
2.1. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	5
2.2. VARA DA MULHER.....	6
2.3. VARAS CRIMINAIS.....	7
3. JORNAL ESTADO DO MARANHÃO	
3.1. JUÍZES.....	8
3.2. VARAS CRIMINAIS.....	9
4. JORNAL O DEBATE	
4.1. DECISÕES.....	10
5. JORNAL PEQUENO	
5.1. DECISÕES.....	11
5.2. JUÍZES.....	12
5.3. PROJETO JUSTIÇA ITINERANTE.....	13
5.4. VARA DA INFÂNCIA E JUVENTUDE.....	14
5.5. VARAS CRIMINAIS.....	15

EX-PREFEITO DE ALTAMIRA DO MARANHÃO É CONDENADO POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA



O ex-prefeito de Altamira do Maranhão, Manoel Albino Lopes, foi condenado à perda da função pública (caso detenha); suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar ou receber incentivos do Poder Público durante três anos, além de pagamento de multa civil no valor de R\$ 17 mil. Os desembargadores da 1ª Câmara Cível mantiveram o julgamento antecipado da 1ª Vara de Vitorino Freire, que julgou procedentes os pedidos do Ministério Público Estadual (MP) na ação de improbidade.

O MP alegou que o ex-prefeito teve a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde (exercício financeiro de 2007), julgada irregular pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), porque teria adquirido materiais de limpeza (R\$ 43.800,00), medicamentos e materiais hospitalares (R\$ 139.880,00); contrato empresa para realização de reformas e construções (R\$ 54.400,00), todos sem o devido procedimento licitatório. Teria ainda contratado enfermeiros, dentistas e médicos sem concurso público, gerando despesas elevadas, e utilizado o instrumento da fragmentação de despesas para burlar a necessidade de licitação.

Criado Fórum Permanente de Diálogos entre juízes criminais e comando da segurança pública de São Luís



Reunião juízes criminais comando da PM

Como resultado das reuniões realizadas nos últimos dias 26 e 27, entre os juízes que atuam na esfera criminal e representantes das forças de segurança do Estado, foi criado, ao final do encontro desta terça (27), o Fórum Permanente de Diálogos. As reuniões aconteceram no salão do 1º Tribunal do Júri do Fórum Desembargador

Sarney Costa (Calhau) e tiveram coordenação do juiz diretor do Fórum de São Luís, Osmar Gomes.

A iniciativa objetiva estreitar o relacionamento entre os órgãos de segurança e as unidades judiciárias com a finalidade de encontrar soluções conjuntas para problemas vivenciados no dia a dia do trabalho das varas. Os tra-

balhos de grupo vão colaborar para o melhor desenvolvimento das atividades relacionadas à remessa de laudos, inquéritos policiais, confecção de autos de prisão em flagrante, identificação criminal dos indiciados, cumprimento de alvarás e intimação de presos, entre outros.

Osmar Gomes explicou que o principal objetivo é discutir em conjunto e apontar soluções para problemas encontrados nas rotinas de trabalho das unidades judiciárias no que se refere à atuação das instituições que trabalham em parceria com as varas. Além da criação do fórum, foi formada uma comissão para uniformizar os procedimentos nas varas criminais.

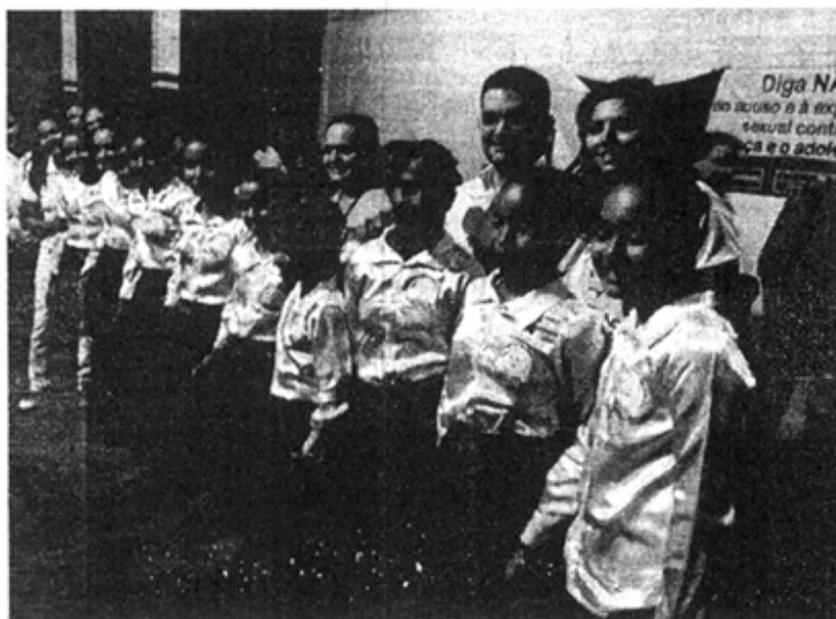
Compõem o Fórum Permanente de Diálogos

as secretarias de Segurança Pública e de Justiça e Administração Penitenciária, o Comando Geral da Polícia Militar, a Diretoria do Fórum de São Luís e os juízes das varas criminais da capital.

Segundo o secretário estadual de Segurança, Marcos Affonso Júnior, esses encontros propiciam melhor relacionamento e se constituem espaços essenciais para a discussão dos problemas e de sugestão de melhorias do trabalho das instituições que integram os sistemas de Justiça, Segurança e Penitenciário e o Poder Judiciário.

Já o comandante-geral da Polícia Militar aproveitou a oportunidade para destacar a importância de se manter reuniões constantes.

JUSTIÇA LEVA INFORMAÇÃO À POPULAÇÃO DA COMARCA DE PARAIBANO



O juiz titular da Vara Única da Comarca de Paraibano, Carlos Eduardo Mont'Alverne, vem desenvolvendo uma série de atividades na região com a finalidade de levar mais informação e conhecimento sobre os direitos do cidadão. Uma dessas ações aconteceu em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração de Crianças e Adolescentes.

Percorrendo diversas escolas públicas no município, Carlos Mont'Alverne proferiu palestras sobre as práticas de abuso e exploração de menores. Na abordagem aos alunos, o juiz falou do abuso sexual, destacando quem são as vítimas e o perfil dos aliciadores e abusadores, bem como a tipificação do crime e suas implicações penais.

TJMA MONITORA EXECUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM SÃO LUÍS



Levantamento do Poder Judiciário do Maranhão aponta o descumprimento de 40,79% das 252 medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes infratores pela Justiça estadual em São Luís.

O diagnóstico com o quadro situacional das execuções de medidas socioeducativas foi encaminhado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) ao Executivo Municipal para providências. O documento foi apresentado à secretária municipal da Criança e Assistência Social (Semcas), Andreia Lauande, durante reunião com a Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA, presidida pelo desembargador-coordenador, Jamil Gedeon.

A reunião contou com a participação do juiz 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, José dos Santos Costa, que elaborou o documento contendo desafios e propostas nas áreas de gestão, recursos humanos, atendimento e logística da execução das medidas no âmbito do município.

Conforme constatado pelo juiz, das 252 medidas socioeducativas aplicadas pela Justiça estadual a adolescentes infratores em meio aberto, 101 estão sendo descumpridas. Essas medidas se referem à prestação de serviço comunitário, liberdade assistida e medidas protetivas, que estão em execução nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) existentes nos bairros do Centro, Coroadinho, Cidade Operária, Itaquí-Bacanga e Sol e Mar.

TJMA monitora execução de medidas socioeducativas na capital maranhense



Desembargador Jamil Gedeon

Um levantamento do Poder Judiciário do Maranhão apontou o descumprimento de 40,79% das 252 medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes infratores pela Justiça estadual em São Luís.

Esse diagnóstico com o quadro situacional das execuções de medidas socioeducativas foi encaminhado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) ao Executivo Municipal para providências. O documento foi apresentado à secretária municipal da Criança e Assistência Social (Semcas), Andreia Lauande, durante reunião com a Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA, presidida

pelo desembargador-coordenador, Jamil Gedeon.

A reunião contou com a participação do juiz 2ª Vara da Infância e Juventude de São Luís, José dos Santos Costa, que elaborou o documento contendo desafios e propostas nas áreas de gestão, recursos humanos, atendimento e logística da execução das medidas no âmbito do município.

Conforme constatado pelo juiz, das 252 medidas socioeducativas aplicadas pela Justiça estadual a adolescentes infratores em meio aberto, 101 estão sendo descumpridas. Essas medidas se referem à prestação de serviço

comunitário, liberdade assistida e medidas protetivas, que estão em execução nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) existentes nos bairros do Centro, Coroadinho, Cidade Operária, Itaqui-Bacanga e Sol e Mar.

MORTES - De acordo com o estudo da 2ª Vara, com base em informações da Semcas e da Fundação da Criança e do Adolescente (Funac), 16 meninos com idade entre 15 e 19 anos, que cumpriam medidas socioeducativas em meio aberto e fechado, foram assassinados desde o ano passado.

A maioria das mortes ocorreu no meio aberto e seis deles somente nos primeiros meses de 2014. As causas dos assassinatos estão relacionadas a rixas, brigas entre grupos, dívidas com o tráfico e confrontos com a Polícia. Mais 20 adolescentes estariam ameaçados de morte, por envolvimento em ocorrências da mesma natureza.

Preocupado com esse quadro, o desembargador Jamil Gedeon se reuniu com a secretária municipal da Criança e Assistência Social e juízes membros da coordenadoria, e solicitou a intervenção da Prefeitura no sentido de priorizar o atendimento à execução das medidas socioeducativas em meio aberto.

Segundo o desembargador, é

preciso encontrar alternativas para buscar a eficácia das medidas socioeducativas. "O Poder Judiciário está participando mais ativamente da vida na comunidade, não se limitando mais a apenas despachar nos processos", ressaltou Gedeon.

Para o juiz José Costa, o número de Creas do município é insuficiente para o atendimento da demanda e faltam profissionais capacitados para acompanhar a execução das medidas.

"Sem o acompanhamento das medidas, no âmbito social, educacional e familiar, e na falta da reinserção social do infrator, o adolescente volta a cometer atos infracionais", alertou o juiz.

CONCURSO - Segundo a secretária Andreia Lauande, a quantidade de Creas está em conformidade com o padrão exigido pelo governo federal. Quanto à carência de servidores na equipe interprofissional, a secretária informou que a Prefeitura Municipal está realizando procedimentos internos visando à realização de concurso público para contratação de pessoal especializado para atuar nessa área.

"A aproximação entre o Poder Judiciário e o município é salutar para o enfrentamento dessas questões", declarou a secretária.

■ DIREITOS HUMANOS ■

Oficina promovida pelo CAOp aborda Violência Doméstica

O Centro de Apoio Operacional de Direitos Humanos (CAOp-DH) realiza, a partir das 8h desta sexta, 30, na sede da Escola Superior do Ministério Público (ESMP), uma oficina sobre Violência Doméstica.

De acordo com a coordenadora do CAOp-DH, procuradora Sandra Lúcia Mendes Elouf, o treinamento - ministrado pela titular da Promotora de Justiça Especializada na Defesa da Mulher de São Luís, Selma Regina Souza Martins - é voltado a promotores de justiça com atuação nas questões relativas ao tema.

Durante a oficina serão abordados itens como "Viabilização da Campanha 'Maria

da Penha em Ação", "Transação Penal, suspensão do processo e princípio da insignificância na Lei Maria da Penha", "Medida Protetiva, benefício, formulário adotado pelo próprio Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão".

O conteúdo do treinamento inclui, ainda, como os Tribunais Superiores e o Tribunal de Justiça do Maranhão têm se manifestado acerca da Violência de Gênero; Notificações Compulsórias; Exame de Corpo de Delito; casos polêmicos e modelos de peças jurídicas.

A sede da ESMP fica localizada na Cobertura do Edifício Metropolitan, na Avenida dos Holandeses, Calhau, em São Luís.

IMPERATRIZ

Júri de acusado de atear fogo em mulher é adiado

Adiado para o dia 9 de junho, às 8h, o júri que seria calizado na última quarta-feira (28), na Comarca de Imperatriz, quando seria julgado o réu Doalcei Silva Menezes, o "Camargo", acusado de atear fogo na companheira, Elielda Miranda de Almeida. Segundo informações da secretaria judicial da 2ª Vara Criminal de Imperatriz, que promoveria o julga-

mento, o adiamento se deu em função da ausência de uma testemunha que não teria sido localizada. O crime aconteceu no dia 17 de março de 2013.

Segundo relatos das testemunhas, o casal convivia há pelo menos um ano e mantinha uma relação conturbada, com agressões frequentes entre os dois. Elielda era mãe de dois

filhos de outras duas uniões.

De acordo com a denúncia do Ministério Público, no dia do crime Elielda e Doalcei passaram a tarde na casa de uma amiga do casal, onde fizeram uso de bebida alcoólica, onde discutiram. A discussão teria se estendido até o imóvel do casal, onde "repentinamente o acusado pegou um garrafa de álcool e jogou o produto inflamável em sua com-

panheira, ascendendo em seguida um isqueiro, iniciando-se um incêndio no corpo da vítima", diz a denúncia. Elielda teve 49,5% do corpo queimado. Segundo relatos das testemunhas, o casal convivia há pelo menos um ano e mantinha uma relação conturbada, com agressões frequentes entre os dois. Elielda era mãe de dois filhos de outras duas uniões.

Audiência pública em Tutoia mostra trabalho realizado na Vara Única

Juiz prestou contas das atividades do Judiciário realizadas durante o ano passado

TUTOIA - O juiz Rodrigo Otávio Terças, titular da Vara Única da Comarca de Tutoia, localizada a 514km de São Luís, realizou na semana passada uma audiência pública para prestação de contas das atividades do Judiciário durante o ano de 2013 na cidade. O encontro, que aconteceu no auditório da Secretaria de Educação municipal, reuniu cerca de 80 pessoas entre autoridades e representantes da sociedade civil organizada.

Rodrigo Terças apresentou os números referentes ao ano passado, dentre processos distribuídos, sentenciados, decididos e os despachos realizados. O juiz também expôs as ações sociais desenvolvidas na comarca em 2013, como a doação de computadores para instituições parceiras e a realização de casamentos comunitários com a participação de 450 casais.

“Apesar de termos enfrentado algumas dificuldades de pessoal no ano de 2013, conseguimos manter a média de produtividade da comarca. Essa audiência é importante para a Justiça prestar contas das atividades à sociedade, dando a oportunidade de informar o que está sendo feito e trocar ideias para melhoria da máquina judiciária”, declarou o magistrado.

O prefeito municipal de Tutoia, Nonato Diringa (PSD), elogiou o trabalho do Poder Judiciário na cidade. “Vejo que a Justiça tem contribuído positivamente para o município, com a celeridade no andamento dos processos e com a circulação de renda decorrente das sentenças e acordos feitos, isto devido ao excelente trabalho feito pelo juiz titular da comarca”, comentou.

Na opinião do pastor Jerniel Abreu, que participou da audiência, esse tipo de encontro abre uma oportunidade ao diálogo para a sociedade participar do trabalho da Justiça estadual. “Estou feliz com esse canal de comuni-



Essa audiência é importante para a Justiça prestar contas das atividades à sociedade, dando a oportunidade de informar o que está sendo feito e trocar ideias para melhoria da máquina judiciária”

Rodrigo Terças, Juiz

cação criado entre a sociedade e o Poder Judiciário, acabando essa separação que perdurava há tempos”, pontuou.

Projetos - Durante a audiência, foram abordados temas de interesse da população como trânsito, educação, saúde e segurança. Também foi constituído o Conselho da Comunidade, que tem a finalidade de promover mobilizações em prol da melhoria das condições de vida da população local.

Durante o ato constitutivo, foram eleitos e empossados os membros titulares e suplentes do conselho, órgão que irá auxiliar o Judiciário na fiscalização da execução de penas da comarca.

O conselho decidirá, ainda, sobre a destinação de recursos financeiros arrecadados com as prestações pecuniárias, suspensão condicional do processo ou transação penal.

Rápida

Adiamento

IMPERATRIZ - Adiado para o dia 9 de junho, às 8h, o júri agendado para quarta-feira (28), na Comarca de Imperatriz, quando seria julgado o réu Doalcei Silva Menezes, o *Camargo*, acusado de atear fogo na companheira, Elielda Miranda de Almeida. O adiamento se deu em função da ausência de uma testemunha que não teria sido localizada.

IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

O ex-prefeito de Altamira do Maranhão, Manoel Albino Lopes, foi condenado à perda da função pública (caso detenha); suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar ou receber incentivos do Poder Público durante três anos, além de pagamento de multa civil no valor de R\$ 17 mil. Os desembargadores da 1ª Câmara Cível mantiveram o julgamento antecipado da 1ª Vara de Vitorino Freire, que julgou procedentes os pedidos do Ministério Público Estadual (MP) na ação de improbidade.

CONTAS IRREGULARES

O MP alegou que o ex-prefeito teve a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde (exercício financeiro de 2007), julgada irregular pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), porque teria adquirido materiais de limpeza (R\$ 43.800,00), medicamentos e materiais hospitalares (R\$ 139.880,00); contrato empresa para realização de reformas e construções (R\$ 54.400,00), todos sem o devido procedimento licitatório. Teria ainda contratado enfermeiros, dentistas e médicos sem concurso público, gerando despesas elevadas, e utilizado o instrumento da fragmentação de despesas para burlar a necessidade de licitação.

Mais um ex-prefeito maranhense é condenado por improbidade

PÁGINA 3 [C1]

Mais um ex-prefeito maranhense é condenado por improbidade

O ex-prefeito de Altamira do Maranhão, Manoel Albino Lopes, foi condenado à perda da função pública (caso detenha); suspensão dos direitos políticos e proibição de contratar ou receber incentivos do Poder Público durante três anos, além de pagamento de multa civil no valor de R\$ 17 mil. Os desembargadores da 1ª Câmara Cível mantiveram o julgamento antecipado da 1ª Vara de Vitorino Freire,

que julgou procedentes os pedidos do Ministério Público Estadual (MP) na ação de improbidade.

O MP alegou que o ex-prefeito teve a prestação de contas do Fundo Municipal de Saúde (exercício financeiro de 2007), julgada irregular pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE), porque teria adquirido materiais de limpeza (R\$ 43.800,00), medicamentos e materiais hospitalares (R\$ 139.880,00);

contrato empresa para realização de reformas e construções (R\$ 54.400,00), todos sem o devido procedimento licitatório. Teria ainda contratado enfermeiros, dentistas e médicos sem concurso público, gerando despesas elevadas, e utilizado o instrumento da fragmentação de despesas para burlar a necessidade de licitação.

Em sua defesa, Manoel Albino pediu que o julgamento fosse reformado e os pedidos do MP fossem considerados improcedentes, já que não teria havido dolo (intenção) ou má-fé nos atos praticados, pois ele teria agido por falta de conhecimento técnico e de as-

essoria especializada. Também sustentou não ter ocorrido dano ao erário, nem demonstração de irregularidade insanável.

Para o relator do recurso, desembargador Kléber Costa Carvalho, o ex-gestor não realizou ou dispensou diversas licitações, deixando de comprovar a regularidade dos atos e limitando-se a justificar por inexperiência da equipe de assessores. Ele entendeu que a intenção ficou demonstrada, pois o ex-prefeito possuía conhecimento da necessidade de realização dos procedimentos, cuja dispensa causou danos superiores a R\$ 370 mil.

Justiça leva informação à população

O juiz titular da Vara Única da Comarca de Paraibano, Carlos Eduardo Mont'Alverne, vem desenvolvendo uma série de atividades na região com a finalidade de levar mais informação e conhecimento sobre os direitos do cidadão. Uma dessas ações aconteceu em alusão ao Dia Nacional de Combate ao Abuso e Exploração de Crianças e Adolescentes.

Percorrendo diversas escolas públicas no município, Carlos Mont'Alverne proferiu palestras sobre as práticas de abuso e exploração de menores. Na abordagem aos alunos, o juiz falou do abuso sexual, destacando quem são as vítimas e o perfil dos aliciadores e abusadores, bem como a tipificação do crime e suas implicações penais.

Projeto atende comunidade em Timon

Audiências de registro civil, audiências, casamento comunitário, emissão de documentos e atendimentos na área de saúde estão entre as ações que o Projeto “Justiça Itinerante e Caminhos para a Cidadania” vai levar, hoje (30), para o Povoado Vertente, a 40 k de Timon. A iniciativa do Poder Judiciário e parceiros é comandada pela juíza titular da 2ª Vara Cível da Comarca, Susi Ponte Almeida.

O juiz titular do Juizado Especial de Timon e diretor do Fórum, Rogério Monteles da Costa, e o juiz Josemilton de Souza Barros, titular da 1ª Vara Criminal de Timon, participam dos trabalhos que acontecem na escola do povoado. O evento também contará com a participação da Promotoria de Justiça, da Defensoria Pública e representantes das entidades parceiras.

Esta é a 7ª etapa do projeto que, de acordo a juíza, objetiva facilitar o acesso à plena cidadania por meio da prestação jurisdicional mais célere, serviços gratuitos às comunidades carentes, além de servir como fonte de informação acerca dos direitos e deveres do cidadão.

TJMA monitora execução de medidas socioeducativas

Levantamento do Poder Judiciário do Maranhão aponta o descumprimento de 40,79% das 252 medidas socioeducativas aplicadas a adolescentes infratores pela Justiça estadual em São Luís.

O diagnóstico com o quadro situacional das execuções de medidas socioeducativas foi encaminhado pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA) ao Executivo Municipal para providências. O documento foi apresentado à secretária municipal da Criança e Assistência Social (Semcas), Andreia Lauande, durante reunião com a Coordenadoria da Infância e Juventude do TJMA, presidida pelo desembargador-coordenador, Jamil Gedeon.

A reunião contou com a participação do juiz 2ª Vara da

Infância e Juventude de São Luís, José dos Santos Costa, que elaborou o documento contendo desafios e propostas nas áreas de gestão, recursos humanos, atendimento e logística da execução das medidas no âmbito do município.

Conforme constatado pelo juiz, das 252 medidas socioeducativas aplicadas pela Justiça estadual a adolescentes infratores em meio aberto, 101 estão sendo descumpridas. Essas medidas se referem à prestação de serviço comunitário, liberdade assistida e medidas protetivas, que estão em execução nos Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) existentes nos bairros do Centro, Coroadinho, Cidade Operária, Itaqui-Bacanga e Sol e Mar.

IMPERATRIZ

Adiado julgamento de homem acusado de atear fogo em mulher

Elielda Miranda morreu após sofrer queimaduras pelo corpo

Foi adiado para o dia 9 de junho o julgamento de Doalcei da Silva Menezes, acusado de ter atear fogo na companheira, em março do ano passado. Na quarta-feira (28), o acusado e os jurados compareceram ao Fórum Henrique de La Rocque, mas as testemunhas faltaram.

Doalcei da Silva Menezes, que está preso há mais de um ano, chegou algemado, acompanhado de policiais. Familiares de Elielda Miranda, morta após sofrer queimaduras pelo corpo, aguardavam ansiosos pelo julgamento do companheiro dela na época.

"Ela sempre falava que tinha os filhos e que eles estavam acima de tudo. Eu peço a Deus, ao juiz e a todas as pessoas, principalmente o júri, que pense que

quem morreu foi uma mãe, que deixou quatro inocentes", disse Vanda Maria Pinho, tia vítima.

Doalcei é acusado de atear fogo contra a mulher, após uma discussão entre o casal. O caminhoneiro diz que Elielda teria tentado incriminá-lo, por não se conformar com a separação, quando ele arrumava as malas para ir embora.

O Ministério Público, que ofereceu a denúncia, por homicídio triplamente qualificado, não tem dúvidas da autoria do crime. "Não foi um acidente, nós estamos diante de um caso em que a violência praticada contra essa mulher culminou nesse grave crime, esse homicídio triplamente qualificado", disse Uiuara Medeiros, promotora.

As pessoas convocadas pa-



DOALCEI TERIA atear fogo em Elielda após uma discussão

ra compôr o júri compareceram e aguardavam o sorteio, com a escolha de apenas sete, entre os 25, mas faltaram testemunhas. Depois de quase uma hora e meia de atraso, foi decidido pelo adiamento do julgamento por

que uma testemunha de defesa e uma de acusação não foram intimadas, e a defesa alega que só recebeu documentos solicitados há dois dias, mas não houve tempo hábil de apreciação. (G1 Maranhão)